

Ata da 15ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - IPREM

Aos treze dias do mês de fevereiro de 2020, na sede do Instituto de Previdência Municipal – IPREM, estivemos reunidos, para reunião ordinária do Conselho Fiscal, Pedro Monticeli, João Batista Ribeiro, Paulo Henrique Reis da Costa, Nicholas Ferreira da Silva, Roseane Denise Pereira Cimadon. Em tempo, foi verificado que houve um equívoco na ano da 14ª Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada no mês de janeiro de 2020, foi digitado exercício de 2019, sendo o correto 2020. A abertura da reunião foi feita pelo então presidente do Conselho, Nicholas Ferreira da Silva, dando início aos trabalhos foi informado que o instituto será fiscalizado pelo TCEMG no mês de março de 2020. O presidente elaborou um ofício à Diretora Presidente solicitando informações a respeito da auditoria que será realizada pelo TCEMG. Em resposta a Servidora Caroline Simões da Costa, informou que TCEMG somente adiantou que seria analisado informações sobre benefícios e investimentos. Foram analisados os comprovantes de pagamento das contribuições do mês de janeiro verificando que a prefeitura pagou em 10/02/2020 R\$ 1.745.192,20 referente ao déficit técnico e o valor de R\$ 1.882.825,60 referente ao patronal e servidores, relativos ao mês base janeiro de 2020. Em relação ao Iprem foram recolhidos os seguintes valores: R\$ 16.709,30 referente ao déficit técnico, R\$ 9.804,38 referente ao patronal e R\$ 8.220,16 referente ao desconto dos servidores, recolhidos no dia 10/02/2020, sendo mês base janeiro de 2020. Em relação à Câmara Municipal, foi recolhido o montante de R\$ 130.048,38, relativo aos contribuições dos servidores, patronal e déficit técnico, sendo mês base janeiro de 2020. Verificou-se que todos os órgãos recolheram dentro do prazo legal. Não foram analisados os relatórios contábeis do mês de janeiro de 2020, pois os mesmos não foram encaminhados pelo Departamento de Contabilidade do Iprem. Foi encaminhado conforme Ofício DC 02/2020 do Departamento de Contabilidade prestação de contas do exercício de 2019 para análise e parecer do conselho. O conselho ficou impossibilitado de analisar devido ao volume de documentos e o pouco tempo para uma análise mais profunda do mesmo. Ficou a análise da prestação de contas para a próxima sessão do conselho. Foram encaminhados os processos de aposentadorias concedidos no mês de janeiro de 2020 pelo instituto. Foi chamado o Servidor Daniel para explanação da









carteira dos fundos de aplicação do instituto. Os conselheiros questionaram sobre quais os procedimentos estão sendo tomados pelo instituto em relação aos fundos ilíquidos. O servidor respondeu que o instituto recuperou o valor de R\$ 16.000.000,00, durante o exercício de 2019, que servidores participam de todas as assembleias dos fundos considerados "podres", no qual solicitam troca de gestor e administrador. O servidor também comentou que o instituto tem procurado encontrar ativos dos fundos, bem como, encaminhamentos de processos ao Ministério Públicos, como feito com o Fundo Conquest. O servidor afirmou que foi contratada a Empresa LDB para auxiliar os trabalhos de aplicação do instituto. O Conselheiro Nicholas questionou o andamento do pagamento das multas e juros de mora referentes aos pagamentos em atraso das contribuições previdenciárias do instituto. O Servidor Daniel falou que a prefeitura está repassando as contribuições em dia, porém foi emitido um memorando de cálculo a Diretora Presidente para que seja encaminhado um ofício de cobrança a prefeitura no montante de R\$ 2.000.000,00, relativo a multas e juros acrescidos dos valores não quitados do aluguel do terreno do instituto dos meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020, bem como dos valores dos servidores afastados "PEC 103" de novembro (proporcional) e dezembro de 2019. Sobre o Fundo Conquest, o servidor disse que já há um processo arbitral contra o fundo, o servidor informou que o instituto já cobrou a Administradora e Gestora Foco que é a responsável pelo fundo referente ao processo, porém a Administradora Foco não se manifestou para conceder a documentação. O conselho orienta o instituto a acionar os meio legais e necessários para obter acesso ao processo arbitral. Em seguida o Conselheiro Paulo, questionou sobre o valor da taxa administrativa, se o saldo remanescente do exercício anterior (se houver) utiliza-se no exercício seguinte como superávit. O servidor relatou que há R\$ 4.000.000,00 de taxa administrativa não utilizada de exercícios anteriores e que a Diretora Presidente pretende utilizar esse recurso para reforma do instituto. Os conselheiros questionaram também sobre o fraco desempenho da carteira do Iprem no mês de janeiro de 2020, conforme planilha disponibilizada pelo instituto. O servidor Daniel relatou que o cenário econômico de janeiro não foi favorável por alguns fatores como: corona vírus, ataque dos EUA ao General do Irã entre outros. A Conselheira Roseane recomendou que seja solicitado para próxima reunião processos de pagamentos do período de janeiro e fevereiro para análise do conselho.

P
R
D

R

R

Nada mais havendo por tratar, a reunião fica encerrada às 17:30h, sendo marcada a próxima reunião para o dia 12 de março de 2020 e a pedido do secretário, Paulo Henrique Reis da Costa, foi lavrada por mim, Roseane Denise Pereira Cimadon, a presente ata, assinada por todos os Conselheiros presentes.



Nichólas Ferreira da Silva
Presidente do Conselho Fiscal



João Batista Ribeiro
Membro do Conselho Fiscal



Pedro Monticeli
Membro do Conselho Fiscal



Paulo Henrique Reis da Costa
Secretário do Conselho Fiscal



Roseane Denise Pereira cimadon
Membro do Conselho Fiscal